

FIO DE PRUMO



Se é certo que a questão do poder político é decisiva numa fase de transição para o socialismo; se é certo que esse poder tem de ser uma emanção muito directa e profundamente democrática do empenhamento de grandes massas trabalhadoras na sua própria libertação da exploração em todos os campos (e não apenas no imediatamente económico); se é certo que, decorrente de uma mobilização geral de vontades e energias em torno de um projecto de vida e de sociedade radicalmente diferentes, a acção desse poder (não dizemos desse «governo», pois se trata também dum poder «novo», exercido articuladamente a muitos níveis sociais) *não pode deixar de ser* um combate contínuo pelo reforço das relações socialistas emergentes em detrimento das relações capitalistas que inevitavelmente subsistirão durante um período mais ou menos longo — se tudo isto é certo, como penso, quase não seria necessário alongar-me mais ao tentar demonstrar que Portugal *não está obviamente em tran-*

Portugal: transição para quê?

O preço do futuro

O debate prossegue. O leque de posições expressas alarga-se. A participação é de João Martins Pereira. Uma obra com as marcas da originalidade, um constante empenhamento político e cultural. Engenheiro, trabalhou em diversas fábricas em Portugal e no estrangeiro (RFA, Áustria e Venezuela).

A partir de 1963 seguiu um curso de Economia e Sociologia de Trabalho na Universidade de Paris.

Em 1967/8 pertenceu ao corpo redactorial da Seara Nova e no ano seguinte ao grupo que lançou a segunda série de «O Tempo e o Modo».

Mais recentemente foi director interino da «Gazeta de Semana». Fez parte da equipa colectiva que sob o nome de Álvaro Neto publicou, em 1969, o livro «*Alguns Aspectos do III Plano de Fomento*». Em 1971 escreveu «*Pensar Portugal Hoje*», em 1974 «*Indústria Ideologia e Quotidiano*», no ano seguinte «*Portugal 75-Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*». Em finais de 76 foi lançado o seu livro «*O Socialismo, a Transição e o Caso Português*» que aborda a problemática deste debate. Podemos mesmo considerar esta sua contribuição como a actualização (e não só, supomos) das posições aí defendidas.

Politicamente a sua acção teve como marcos fundamentais a participação na campanha da CDE de Lisboa nas eleições de 1969, a presença como secretário de Estado da Indústria no IV Governo Provisório e o apoio dado à campanha presidencial de Otelo em 1976.

F.V.

apenas uma fase de refluxo na marcha para o socialismo.

Um impasse de adaptação

É claro que, se postularmos que a marcha para o socialismo é historicamente inelutável, tal perspectiva poderá ter algum sentido. Mas, quando se pretende analisar uma situação concreta temporalmente circunscrita, essa óptica é-nos de pouco auxílio. É mais doloroso, admitir que, sendo embora um dado *essencial* a existência desse contrapoder, a burguesia portuguesa, viciada por décadas de exploração sem freio, ainda não encontrou uma fórmula de adaptação às novas condições criadas pela profun-



José Martins Pereira: só o poder político e social pode assegurar a transição para o socialismo.

em que assenta a proposta de que se mantenha, por acordo tácito ou por determinação legal, a «estabilidade» da demarcação das muito impropriamente chamadas «formações económicas» existentes. Voltando ao início, se só o poder político e social pode assegurar a transição para o socialismo e a reprodução de relações sociais de produção socialistas, parece claro que a luta a travar é eminentemente *política*: só uma autêntica *inversão* das relações de forças políticas e sociais se pode opor aquela dupla transição, e às suas provavelmente dramáticas consequências. Como, também, convém ter presente que só a existência duma determinada relação de forças explica que ainda hoje se mantenham muitas posições adquiridas — contra a evidente «vontade» dos mais aguerridos governantes.

Mas para que essa inversão se possa dar é, mais do que nunca, indispensável que as explicações sejam muito claras, que os riscos sejam expostos com completo desassombro, que as soluções propostas não sejam mitificadas — que cada um conheça, sem margem para dúvidas, o *preço do futuro*, e esteja plenamente disposto a assumi-lo.

João Martins Pereira

Na passada semana o artigo de Sérgio Ribeiro foi vítima de algumas grialhas. Pedimos-lhe desculpa de um tal facto — tal como aos leitores. E aqui vão as emendas.

Onde o autor tinha escrito «... polarizada que se desintegrou e o tecido produtivo só resistiu, e com um mínimo de eficácia (por vezes admirativa e encombaticamente realiza-

é certo, como penso, quase não seria necessário alongar-me mais ao tentar demonstrar que Portugal *não está obviamente em transição para o socialismo*. Com efeito, quem reconhecerá no actual poder político o mínimo dos elementos que acima enunciei como definidores de um «poder de transição»? E, o que é também importante em termos tendenciais, esse poder político tem vindo, se assim se pode dizer, cada vez mais a afastar-se de tais características: basta ver os três sucessivos governos de hegemonia PS, desde o VI Provisório até ao de hoje, em que essa hegemonia começa mesmo a ser discutível. Sem falar das formas de poder social não-institucionais, hoje reduzidas à ínfima expressão.

No entanto, perante a evidente impotência de um poder que, dispondo de todos os meios e «legitimidades» que os regimes parlamentares (ou semi-parlamentares) facultam — as maiorias parlamentares, de ocasião ou permanentes; a confiança do Presidente da República; o apoio ou a «neutralidade» das Forças Armadas; os aparelhos de «manutenção da ordem pública»; o controlo dos meios privilegiados de informação, etc, etc. — não consegue «vencer a crise» e, pelo contrário, a tem vindo constantemente a agravar, é natural que muitos se interroguem se tal impasse não encontra explicação precisamente no facto de se manterem reunidas as condições de transição. Isto é, se a existência de um forte contra-poder social (e alguns mesmo dirão também: económico) por parte dos trabalhadores não será a garantia de que atravessamos

de, a burguesia portuguesa, viciada por décadas de exploração sem freio, ainda não encontrou uma fórmula de adaptação às novas condições criadas pelas profundas alterações de 74-75. Trata-se de uma situação que não é nova na História, situação particularmente perigosa e instável: a grande burguesia portuguesa não reconhece obviamente o pequeno burguês convicto Soares e o seu caricato séquito como seus representantes, nem espera das suas indemnizações, desintervenção e outras «correções» a reconstituição do seu poder económico. Mas reconhece-lhes, isso sim, uma função histórica que só eles poderiam desempenhar. Vai-os deixando atolar-se na incompetência, na inoperância, na mendicidade externa, nos pequenos prazeres de arrivistas políticos, numa palavra, na famosa «crise», pacientemente à espera do dia em que, de braço dado com os generosos credores europeus e americanos, julgar chegado o momento de reconquistar o poder político — e com ele todo o poder económico que hoje lhe está mais intimamente do que nunca associado.

Entretanto, e aí tocamos outro ponto fulcral, os mecanismos próprios do sistema capitalista irão desgastando e correndo tudo o que se lhe tenha procurado escapar. É nesta óptica que a expressão «recuperação capitalista» adquire todo o sentido e revela todas as suas ameaças: trata-se da *preparação* da reconquista do poder político pela grande burguesia portuguesa. E daí que a utilização dessa expressão como sumário «slogan» antigovernamental



José Martins Pereira: só o poder político e social pode assegurar a transição para o socialismo

não só seja insuficiente, como possa ser mistificadora, sobretudo se associada à ideia de que existem na formação social portuguesa sectores não-capitalistas, cuja manutenção, em equilíbrio com os sectores capitalistas, poderá ser «negociada», ou «decretada» pelo Governo.

Julgamos preferível enfrentar a realidade, e daí tirar as consequências. E a realidade é que não tem sentido falar de relações de produção a nível duma empresa ou de um sector sem atentar nas relações de produção socialmente dominantes, ou seja, aquelas que, no contexto em análise, se tendem a reproduzir e alargar. A realidade é que não se pode desconhecer o carácter *social* da exploração capitalista: o mais bem intencionado dos patrões pode não fazer um tostão de lucro, pagar melhor aos seus operários e dar-lhes excelentes condições de trabalho, que *nem por isso* eles deixam de produzir mais-valia, eles deixam de ser explorados, e a dita mais-valia, canalizada para o sistema. No limite, se tal padrão insistir nesse comportamento benemérito, a empresa falirá e os trabalhadores ficarão no desemprego, regressando automaticamente ao *mercado* de trabalho. O capital é uma relação social, é o que isto quer dizer.

Aplicado à situação portuguesa, temos que, por diferente que seja o modo de funcionamento interno de unidades colectivas ou empresas auto-geridas, elas es-

tão à *mercê* das relações capitalistas dominantes, e só o não estariam se pudesse viver em «circuito fechado», sem relações de mercado com os sectores que funcionam segundo a lógica capitalista. Por via dos preços e por via do crédito, meios estritamente económicos, elas podem ser asfixiadas de um momento para o outro — a menos que se comportem como empresas capitalistas. As pressões fortíssimas providas do FMI e do Mercado Comum para que em Portugal plenamente se restabeleçam as regras duma economia de mercado têm por fim, entre outras coisas, eliminar *pela via económica* estas «aberrações» — e outras ainda, como por exemplo, poder o sector nacionalizado não obedecer à lógica do lucro, e poder esse facto ter um sentido anticapitalista (o que é, de resto, difícil, dada a natureza do sector e o contexto em que se insere).

«Transição para o pleno capitalismo»

Conclui-se então que, no plano económico, e acima de tudo devido à dependência financeira externa a que o poder político nos conduziu, a tendência é no sentido de uma «transição para o pleno capitalismo», sendo certo que, de qualquer modo, o modo de produção capitalista se mantém indiscutivelmente dominante. Por outro lado, no plano político, a tendência é no

sentido de uma «transição para o poder da grande burguesia», não sendo muito tranquilizante as perspectivas quanto à forma política que se proporá adoptar, e sem esquecer que uma primeira «cunha» no poder de Estado já foi introduzida com a inclusão do CDS na maioria governamental.

Isto dá a medida da instabilidade que caracteriza a situação portuguesa. Como a dá também da fragilidade

E aqui vão as eleições. Onde o autor tinha escrito «... polarizada que se desintegro e o tecido produtivo só resistiu, e com um mínimo de eficácia (por vezes admirativa e economicamente avulzada por «nomes»... » desapa-receu tudo o que está sublinhado deixando uma frase importante para a exposição das posições contidas no texto sem sentido e o texto sem sequência.

No final da terceira coluna onde está «no domínio das classes incluindo» como nuclear», deve ler-se «no domínio das classes sociais, dos trabalhadores com a classe operária (e o operariado rural incluído) como nuclear».

Finalmente a frase final onde está «em ele» deve ler-se «comele» (o PCP).

LAMPREIAS

Recebidas diariamente, pescadas no rio Minho, sendo-nos enviadas ainda vivas por pescadores daquelas zonas (entre Caminha e Melgaço).

MIOLO DE AMÊNDOA grado e doce, kg.	130\$00
OVOS de galinha do campo, gema m/amarela, da letra D (os maiores)	27\$50
PERUS da raça Mamouth, frescos, prontos a cozinhar, kg.	84\$90
CODORNIZES prontas a cozinhar, recebidas diariamente, cada	17\$50
CHOCOLATE «Recordação» d/ 150 g. aprox., especial p/ doces e mousse	39\$90
WHISKY «Gregson's» escocês, 100 por cento puro, preço especial	175\$00
MEL puro de abelhas, das melhores pastagens serranas do Alto Minho, recebido direct. de produtores, kg.	88\$00
CINZANO ou Martini normal, garrafa de litro	52\$50
VINHO do Dão, garrafa 0,75 l. com 10 anos (só líquido)	38\$50
VINHO do Porto «Delaforce», garrafa 0,75 l.	87\$50
BRANDY «Torre de Menagem», garrafa de litro (reserva)	
VINHO espumoso «Rittos», garrafa grande	38\$50

AGORA PREÇOS SENSACIONAIS
NO MIMO DAS AVENIDAS
Avenida Elias Garcia, 140 — LISBOA — Telef. 77 34 40